

Ofício Circular nº G10602

Ref.: Denúncia contra manipulação da eleição do Conselho Tutelar;

Para: assessorias de imprensa e comunidade em geral

S. Paulo, 17 de abril de 2002.

Jabaquara – Cidade Livre

14 de Abril – Dia da Mentira Paulistana

“A História só se repete como farsa” (Karl Marx)

Em 14 de abril de 2002, a prefeita paulistana promoveu a maior golpe contra a comunidade: num processo totalmente fraudulento, realizou-se a farsa da escolha dos 170 conselheiros tutelares para os 34 Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo.

Destaque-se que “nossa” burgo–mestra não estava sozinha: várias outras entidades não querem um Conselho Tutelar legitimado por milhares de votos. Isto causaria uma “revolução” no poder paternalista e clientelista que atrasa o Brasil há mais de 500 anos.

Vejam que todos os comentários dos (des)organizadores do Processo Eleitoral dos Conselhos Tutelares foram no sentido de desqualificar a comunidade e os candidatos, ignorando por completo que foram as próprias “ôtoridades” que criaram os pré-requisitos absurdos que ocasionaram a primeira farsa eleitoral de 11/11/2001.

A fim de impedir que milhões de paulistanos praticassem o “Voto Distrital”, cercearam ilegalmente a participação comunitária. A alegação de que “seus atos autoritários” visavam impedir as fraudes não condiz com o objetivo primordial da eleição comunitária: a mobilização permanente da comunidade para a indispensável participação na defesa dos direitos das criança e adolescentes. Se fosse simplesmente para evitar “as fraudes”, a tribo paulistana poderia simplesmente promover um sorteio público!!!

Parece que diversas entidades, as quais deveriam fiscalizar o processo, preferiram “liquidar rapidamente a fatura”, pois tinham coisas mais importante a fazer:

1. A OAB/SP tem de administrar sua cadeia no conselho administrativo da **Torturabem** (formalmente conhecida como Febem/SP);
2. A Apamagis tem de cuidar das suas colônias de férias, as quais são financiadas por **“todo e qualquer pobre mortal”** que se utilize dos serviços de cartório;
3. A Câmara Municipal está negociando cargos com a prefeita, **cobrando a fatura pela aprovação da redução das verbas da Educação em 50%**;
4. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) está mais preocupado em explicar ao Ministério Público Federal o **“desaparecimento”** de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
5. O Ministério Público Estadual, após 14 anos, ainda não conseguiu garantir uma mera vaga escolar no ensino fundamental para as crianças de 7 a 14 anos, as quais estão sendo **“criadas pelos traficantes”**;
6. O Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente está mais preocupado em garantir as verbas para **59 entidades que tiveram seus projeto ilegalmente aprovados no CMDCA em 2001**.

Agora, só nos resta apelar para a imprensa democrática, pois as ações judiciais serão julgadas com a **“celeridade”** (sic) que todos nós já conhecemos. **O tempo corre contra as crianças.**

A fim de demonstrarmos o tamanho da fraude contra a comunidade, apresentamos o seguinte:

1. Menos de 61 mil pessoas votaram nos 34 Conselhos Tutelares, embora a lei permitisse o voto a 9.000.000 (nove milhões) de cidadãos residentes no município de São Paulo;
2. **500 mil adolescentes (16 a 18 anos) tiveram seus direitos políticos cassados pela prefeita;**
3. Embora a eleição tenha sido facultativa, cerca de 30% (trinta por cento) dos votos foram “brancos” ou “nulos”, o que demonstra que **o processo eleitoral foi confuso, manipulado e “secreto”**;
4. **O Conselho Tutelar de Jaganã teve 63% (sessenta e três por cento) de votos “brancos ou nulos”,** num total de 5381 votos. Vejam que o número de votos válidos ficou em 3.059, e que o candidato 1º colocado teve tão somente 467. O 5º colocado teve 149 votos;
5. O Conselho Tutelar de Grajaú teve 49% de votos “brancos e nulos”;
6. O Conselho Tutelar de Capela do Socorro teve 45% de votos “brancos e nulos”;
7. O Conselho Tutelar de Jabaquara teve 44% votos de votos “brancos e nulos”;
8. O Conselho Tutelar de Santana teve 43% de votos “brancos e nulos”;
9. O Conselho Tutelar de Jardim Ângela teve 41% de votos “brancos e nulos”;
10. **Embora o TRE tenha sido chamado para “impedir as históricas fraudes”, houve diferenças na totalização de votos nos Conselhos Tutelares da Sé e de Pirituba.**

Finalizando, destacamos que o Jornal O Estado de São Paulo e o Jornal da Tarde fizeram reportagens críticas sobre a questão, através das notícias **“Eleição Secreta”** e **“Conselho tutelar tem eleição contestada”**, respectivamente. Ficam faltando as manifestações do jornal Folha de S. Paulo e do programa “De Olho na Cidade” (Rádio Eldorado/AM).

Mauro A. Silva (Presidente) – 5 anos de defesa contra abusos do Poder Público

Fechar a Febem/SP. Diga não à tortura.

